



## A batina e o terno: a trajetória de José Américo de Almeida entre o Seminário da Parahyba e a Faculdade de Direito do Recife

LUIZ MÁRIO DANTAS BURITY\*

### Introdução

*Precisava de um terno novo e davam-me uma batina.*

José Américo de Almeida (1976, p.139).

Depois de alguns anos entre as escolas de primeiras letras e as paróquias dos seus dois tios padres, José Américo de Almeida foi matriculado em 1901 no Seminário Nossa Senhora da Conceição, na então Cidade da Parahyba. Àquela circunstância, a instrução era um dos caminhos mais usuais para o acesso dos homens de elite ao mundo da política. Não se pode esquecer, como argumentou José Murilo de Carvalho (2010[1974]), que o diploma de bacharel servia de bilhete de entrada aos cargos mais altos da esfera pública desde os tempos mais remotos da formação do Estado nacional. Restava saber por qual de suas portas aquele universo seria acessado, queriam os mais velhos que pelo campo religioso e assim sucederam as coisas naqueles primeiros anos. Em seu livro de memórias, o qual foi intitulado *Antes que me esqueça* (1976), o intelectual paraibano descreveu como uma conspiração as longas conversas entre os parentes mais velhos que levaram àquela resolução, a escolha teria sido feita à sua revelia e maquinada ao longo de algum tempo.

À ocasião da virada do século, a formação dos jovens de elite era atentamente orquestrada pelas parentelas, que observavam naqueles caminhos não só a perpetuação do poder da família, mas também a constituição das alianças políticas que seriam feitas há longo prazo. Ainda no século XIX, conforme Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (2014[2010]), os partidos políticos se tornaram espaços importantes para a construção das alianças entre as famílias de elite. O projeto inicial, no entanto, experimentou seus deslocamentos, que levaram o jovem estudante à Faculdade de Direito do Recife, onde foi matriculado em 1905. Em oposição às amarras com as quais descrevera o cotidiano do seminário, o personagem narrou sua passagem pelo bacharelado como tempos de liberdade. Na instituição pernambucana, ele se tornava senhor das suas escolhas, rodeava-se de novas sociabilidades, mas, sobretudo,

---

\*Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: marioburity@hotmail.com

afastava-se, ainda que provisoriamente, da sua família.

Os sujeitos se deslocam no mundo social de formas muito variadas, mas esses muitos caminhos não são produtos exclusivos da sua vontade. A esse respeito, Pierre Bourdieu (1996[1986]) explicou como as histórias de uma vida estão permeadas de alocações e deslocamentos, ainda que seja necessário flagrar o trabalho da experiência e da vontade pessoal na construção dessa trama de muitas faces, *vide* Yves Clot (1989). Os personagens constroem projetos de vida acertados com certos planos de coerência pessoal, os quais envolvem leituras do seu passado, mas também as suas perspectivas de futuro. Ao longo dessa estrada, porém, as pessoas mudam o itinerário, desviam o sentido original, criam novos enredos. Em meio a isso, tanto as mudanças quanto as permanências são condicionadas pela ação combinada da vontade pessoal com as intervenções do meio social.

O deslocamento experimentado pelo estudante, que de seminarista se converteria em bacharel, dizia muito do momento no qual esse personagem ensaiou a sua formação intelectual. As sociedades modernas assistiram à emergência das pessoas como indivíduos, singulares porque dotados de personalidade, como mostrou Peter Burke (1997). Essa transformação, nas palavras de Angela de Castro Gomes (2004, p.11-12), equivalia a “um processo de mudança social pelo qual uma sociedade coletiva, regida pela tradição, deixa de se sobrepôr ao indivíduo, que se torna ‘moderno’ justamente quando postula uma identidade singular para si no interior do todo social”. Em meio a esse processo, era possível falar em sujeitos com diferentes graus e tipos de liberdade, conforme Carlos Rojas (2000). Resta saber de que forma as instituições, sejam elas modernas como os estabelecimentos escolares ou as tradicionais como a família, sobreviveram a esse cenário de transformações, que no Brasil tomou contornos ainda mais específicos na passagem do século XIX para o XX.

O objetivo desse texto, portanto, foi comparar as trajetórias de José Américo de Almeida no Seminário da Parahyba e na Faculdade de Direito do Recife, considerando as normas, os currículos, mas também a experiência do sujeito e suas sociabilidades. Acredita-se que, em meio ao cenário sociocultural da Primeira República, a instituição católica e aquela de filiação liberal ofereceram ambiências para diferentes graus e tipos de liberdade pessoal frente aos caminhos da própria vida. A rotina escolar nos dois estabelecimentos, ao passo que incitavam diferentes representações do mundo e comportamentos públicos e privados, também compreenderiam diferentes estratos de tempo, conforme Reinhart Koselleck

(2014[2010]), em suas formas de perceber o espaço do indivíduo na sociedade. A documentação perscrutada envolveu os livros de matrículas e desempenho nas disciplinas do Seminário Nossa Senhora da Conceição, os documentos de inscrição e os boletins da Faculdade de Direito do Recife, bem como os periódicos que davam notícia da vida acadêmica, sobretudo nessa segunda instituição.

### **A batina como um projeto de família: das primeiras letras ao Seminário Nossa Senhora da Conceição**

O sacerdócio era um bom caminho para o quinto filho, órfão de pai, de uma família cristã de senhores e senhoras de engenho, ainda mais quando, antes dele, o primogênito já despontara por essa estrada, ensaiando os bons frutos que ela poderia render. Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leal de Almeida tiveram quinze filhos, dos quais apenas onze sobreviveram. O primogênito, Inácio, ordenou-se padre depois dos anos de formação no seminário, em seguida nasceram Jaime, Maria Amélia, Maria das Neves, José Américo, Hermenegildo, Augusto, Miguel, Arcanja, Júlia e João. Não consta que a família fosse muito abastada, tinha dois engenhos pequenos, o Olho D'Água e o Timbaúba, um no Brejo e outro no Sertão da Paraíba, em uma época na qual a propriedade da terra não era garantia de uma vida farta. Àqueles tempos, os senhores de engenho, *vide* Victor Nunes Leal (2012[1947]), eram antes remediados que ricos, dispendo de pouco conforto e sem grandes recursos.

Desde muito cedo, os ensinamentos religiosos fizeram parte do cotidiano de José Américo de Almeida. A família católica lhe deu uma formação cristã que ultrapassava os limites do que era falado, era observada no exemplo da mãe muito devota e nas imagens da capela da casa grande. Mas muito daquelas referências diziam respeito a um mundo de práticas sincréticas que povoavam o mundo rural brasileiro. O personagem, a esse respeito, registrou, em suas memórias, a vivacidade das crenças compartilhadas pelos habitantes daquelas paragens: “não faltavam arruda, pinhão e outros preventivos contra mal olhados” (ALMEIDA, 1976, p.22). Ao passo disso, a parentela não abriu mão de uma formação laica coerente com aquilo que, àquela época, era devido às crianças das famílias que se queriam de elite. As aulas de primeiras letras foram ministradas no espaço doméstico. A família contratara uma prima da sua mãe, D. Júlia Verônica dos Santos Leal, para que instrísse, à

exceção do primogênito, as duas filhas e os dois filhos mais velhos. Além das lições de leitura e escrita, José Américo de Almeida descobriu, ainda muito cedo, a sua miopia, a qual o acompanhou ao longo da vida.

Alguns anos mais tarde, o menino foi morar na cidade, na casa do seu tio paterno, Odilon Benvindo Almeida de Albuquerque, vigário na paróquia de Areia. Aquele percurso já havia sido feito pelo seu irmão mais velho, Inácio, e mais dois primos. Em suas memórias, o personagem concluía: “Dois tinham-se ordenado e o terceiro morrerá. Que esperava eu?” (ALMEIDA, 1976, p.86). Antes de tomar consequência como causa, deve-se pensar naquele caminho como um possível primeiro ensaio de um projeto de vida inventada pela parentela para o personagem em questão, o qual deveria formar-se padre como aconteceu com os sujeitos daquela família que tiveram espaço mais relevante no mundo público até aquele momento.

Há esse tempo, tinha aulas em uma escola próxima à sua residência. A escola era um pequeno internato na casa do professor, com seis ou oito estudantes, mas que também admitia alunos externos. O cotidiano naquela instituição, a propósito, foi narrado *a posteriori* como um tempo de festa, onde tinha liberdade e companhia, “soletrava em coro a tabuada e o bê-a-bá, cantando e balançando as pernas” (ALMEIDA, 1976, p.88). As atividades escolares não pareciam mesmo afetar o jovem rapaz, que costumava se destacar no resultado dos testes escolares, mas o que havia de mais relevante naquele tempo na cidade parecia mesmo o que aprendeu observando a figura do tio, das pessoas influentes que esse costumava receber em sua casa, da disciplina que aprendera naquele espaço e do comportamento que era exigido de si nos dias de missa. O tio acordava muito cedo e controlava, dizia ele, todos os seus gestos, “tudo era inconveniente: botar a mão no bolso da calça, andar descalço, dormir de dia, assobiar”, na mesa, o silêncio sempre imperava, de forma que, em suas memórias, concluía: “essa vida ensinou-me a amar a solidão” (ALMEIDA, 1976, p.86).

Àquele tempo que passou na casa do seu tio, José Américo de Almeida o acompanhava nas missas como coroinha, atividade que lhe rendeu algum espaço nas memórias que escreveu muitos anos mais tarde. Contava que certa vez, quando da passagem do missal, suas pernas fraquejaram e ele tropeçou em um degrau da Igreja. O livro sagrado caiu por terra e os fieis se espantaram com tamanho sacrilégio. Pouco antes disso, havia morrido o seu pai, deixando a esposa com recursos parcos e uma multidão de filhos e filhas

para criar, a partir de então as influências dos seus tios nas decisões que a família tomaria se alargaram significativamente. Em conversa com a cunhada, o padre Odilon Benvindo Almeida de Albuquerque sugeriu que o jovem órfão fosse matriculado no seminário. José Américo de Almeida narrou em suas memórias da grande contrariedade que aquela atitude significou para si, mas nenhuma das suas tentativas para que mudassem de planos teriam dado efeito, a família decidiu que seria padre como os seus dois tios (ALMEIDA, 1976).

Pouco tempo depois de acertado aquele destino, o velho pároco de Areia faleceu, a responsabilidade sobre a sua formação ficava com o seu tio materno, o Mons. Walfredo Soares dos Santos Leal, da casa do qual partia para a Igreja de São Francisco, onde funcionava o Seminário Nossa Senhora da Conceição (ALMEIDA, 1976). Com aquela mudança, chegava-se ao ápice de um projeto de vida pública fundado na formação sacerdotal. As famílias mais abastadas do mundo agrário brasileiro tinham por tradição, desde muito tempo, encaminhar pelo menos um filho para a vida religiosa, movimento que tomava ainda mais força no caso das famílias paterna e materna do sujeito em questão, Almeida e Leal respectivamente, que tinham tradição no mundo religioso e, mais ou menos àquela época, ganharam grande representatividade no mundo político, a julgar pela acentuada importância dos seus dois tios párocos, em particular do Mons. Walfredo Leal, que, ao termo daquela década, se tornaria presidente de estado.

Ao dia 3 de março de 1901, José Américo de Almeida foi matriculado no Seminário Nossa Senhora da Conceição. A instituição funcionava no antigo prédio de arquitetura barroca da companhia franciscana na cidade da Parahyba. O menino percorreu oito léguas a cavalo, até a cidade de Guarabira, cuja paróquia era responsabilidade do seu tio materno, o Mons. Walfredo Soares dos Santos Leal. Daquela localidade, embarcou no trem em direção à capital do estado: “Chegando, conduziram-me a pé por uma ladeira marginal, que era o caminho mais curto e mais cansativo. Passei pela catedral e não me mostraram a cidade que poderia tentar-me. Topei com o cruzeiro, um posto avançado que vigiava o adro de velhos azulejos a contarem suas histórias” (ALMEIDA, 1976, p.144).

A Igreja de São Francisco e o Convento de Santo Antonio, que lhe era anexo, eram os pontos mais altos da cidade colonial, alocavam-se em uma de suas margens e ao longo de sua história foram ocupados por diferentes estabelecimentos religiosos e seculares. O prédio decerto impactou o jovem estudante que chegava de uma cidade do interior. A arquitetura

barroca secular, com seus contrastes de luzes e sombras, se propunha a uma educação pelo olhar, *vide* Carla Mary S. Oliveira (2003[1999]). É certo que muito dos símbolos presentes no adro datavam de um universo de significados caro ao período colonial, mas o excesso de representações católicas por certo diminuía o espaço do sujeito, representado no plano de baixo com mais um mortal, vigiado a todo tempo pelos olhos de Deus.

À ocasião da virada do século, algumas mudanças políticas e culturais envolveram a Igreja Católica no Brasil. Até a decadência do regime imperial, as coroas ibéricas e, mais tarde, os monarcas brasileiros tinham poder sobre a administração e hierarquia eclesiástica. Em contrapartida, o Reino português e, depois, o Império do Brasil, seriam oficialmente católicos, o que implicava em uma rede de chancelas para as paróquias, às quais era devida a autoridade sobre os registros de nascimento, leia-se batismo, matrimônio e óbito. Mas as vantagens não se encerravam por aí, elas se consolidavam na presença dos preceitos católicos nos documentos e nos rituais oficiais, na quantidade de clérigos em postos de poder e no subsídio do poder público para a manutenção da grandiosa estrutura arquitetônica dos religiosos.

O regime do padroado, como se denominou esse espaço jurídico entre as duas instituições, serviu por muito tempo a ambas para que fosse possível afirmar o poder dos monarcas e dos papas sobre os sertões brasileiros. Acontecia que, com o advento das instituições republicanas, o país se tornava constitucionalmente laico, cerceando o poder até então mantido pela Igreja Católica. Em concomitância a isso, a instituição eclesiástica ressentia-se do pouco controle que conseguia manter sobre as suas paróquias, cujos vigários, não raro, mantinham práticas alheias aos preceitos romanos, o que limitava a abrangência dos projetos das cúrias mais elevadas e manchava a imagem dos religiosos entre seus fiéis.

A solução decidida pelo alto clero foi a romanização da Igreja Católica. Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, foram criadas dioceses em diferentes estados brasileiros, às quais era devida a submissão direta às autoridades romanas. A Diocese da Paraíba foi criada em 1892 e teve a administração, em suas primeiras décadas de funcionamento, de D. Adalto Aurélio de Miranda Henriques. A proposta, *vide* Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (2016[1994]), era ampliar os regimes de vigilância e controle das paróquias, inventando novos planos de coesão ideológica entre os membros do clero e também os fiéis. O Seminário Nossa Senhora da Conceição foi criado em 1894 com o

propósito de assegurar que os próximos vigários fossem formados em meio aos novos preceitos doutrinários.

A romanização fazia parte do cotidiano de José Américo de Almeida ainda nos meses em que viveu na casa do tio Odilon Benvindo Almeida de Albuquerque. O pároco de Areia, àquela altura, já mantinha em seu comportamento, no conteúdo e na forma dos seus sermões e no programa disciplinar dos seus fiéis, alguns daqueles valores que a Igreja Católica queria institucionalizar na virada do século. O cotidiano de seminarista, todavia, dotaria aquela expressão de um peso em tudo muito maior. Os meninos eram vigiados como os padres que deveriam se tornar e, para isso, todas as tentações lhes eram proibidas, a começar pelo restrito contato com a vida urbana que, àquele início de século, se agitava com as novidades do mundo moderno.

O Seminário Nossa Senhora da Conceição dispunha de um currículo estruturado em três etapas diferentes da escolarização dos sujeitos. A primeira delas envolvia as aulas de primeiras letras, das quais eram dispensados aqueles que já tinham conhecimento dos fundamentos básicos da língua nacional e das operações matemáticas. O estágio subsequente era dividido em quatro anos, ao longo dos quais os estudantes tinham lições de Latim, em quatro classes, uma a cada ano, Português e Francês, cada uma com duas classes, ministradas nos dois primeiros anos, mas também Geografia, História do Brasil, Aritmética, Catecismo, História Universal, Geometria e História Natural. Nessa primeira fase, a educação secular parecia muito mais relevante do que a educação religiosa na composição do currículo. Atentos ao momento político vivido depois da instauração do regime republicano, os gestores do seminário inventavam uma instituição na qual, para além de padres, a ideia decerto era formar também intelectuais.

Ao termo dessa etapa, os estudantes que desejassem continuar a formação eclesial restariam mais três anos naquela instituição, nos quais poderiam ter matrículas no curso teológico ou no curso filosófico. Os discentes do curso teológico deveriam cursar Teoria Dogmática, Teoria Moral, Literatura Sagrada, Escritura Sagrada, Dogma, Moral, Liturgia, Doutrina Canônica e Canto Gregoriano. Enquanto isso, aqueles que optassem pela formação filosófica teriam lições de Filosofia, História Eclesiástica, Ciências das Religiões, Eloquência e Física. Ainda nesse momento, portanto, era possível observar uma forte presença das ideias científicas, sobretudo entre os estudantes matriculados no curso filosófico. A Igreja Católica,

em curso do processo de romanização, reagia à laicização do poder público nacional formando um clero que estivesse preparado para agir sobre o mundo da política.

Ao passo disso, o *habitus* investido pela instituição e com o qual os discentes estariam se formando era apreendido, sobretudo, fora das salas de aula, pelo rigor dos horários que deveriam ser cumpridos, pela apreensão dos gestos exagerados, pelo cerceamento das conversas com os colegas, pelos olhares vigilantes dos religiosos mais velhos, bem como pela observação dos seus comportamentos e da vida institucional diocesana. Era isso, afinal, que se esperava de um intelectual católico em tempos de romanização. Como relatou o personagem alguns anos mais tarde: “não havia relações que representassem, ao menos, um intercâmbio de sentimentos. Ninguém era amigo de ninguém. Tudo se separava, principalmente as divisões, com irmãos que não se falavam. A casa estava cheia e era vazia” (ALMEIDA, 1976, p.149).

Em meio a essa instituição em tudo bastante restritiva, observe-se como vivia o nosso personagem. Ao longo dos três anos que esteve naquela instituição, José Américo de Almeida fez três cursos de Latim, dois de Francês, dois de Português, além de Geografia, História do Brasil, Aritmética e Catecismo. Em um regime educacional no qual os resultados eram descritos como distinção, aprovado plenamente e aprovado simplesmente, em quase todas as matérias, ele teve distinção e as exceções decerto diziam muito daquele momento da vida do garoto. Tratava-se dos cursos de Aritmética, Catecismo e da segunda classe de Latim, a penúltima de um número de quatro, todas as aulas cursadas no terceiro ano, o seu derradeiro naquela escola. Mesmo assim, em todos os casos, foi aprovado plenamente.

Acontecia que, mais ou menos àquela ocasião, a trajetória do menino sofreu um deslocamento. Depois de muita negociação, a família aceitou que abandonasse a formação de seminarista e o matriculou na Faculdade de Direito do Recife. A objeção ao desejo da família de que se ordenasse padre não era de todo novidade, diria ele em suas memórias muitos anos depois, mas há que se desconfiar dessa rejeição completa que se disse ter sido comprada desde o primeiro momento. As narrativas memoriais, a propósito, encenam identidades, agenciam o passado, criam planos de coerência, como mostrava Pierre Bourdieu (1996[1986]). É certo que os resultados escolares não são bons termômetros para discutir as emoções partilhadas pelos sujeitos, visto que envolvem outros índices como personalidade e repressão, mas há que se observar com mais atenção o personagem do qual se está falando. A categoria distinção era um atributo com requintes de exclusividade e não seria entregue a

qualquer sujeito, ainda mais se considerado que esse foi o aproveitamento registrado em todas as disciplinas nos dois primeiros anos.

Em meio ao que foi dito e ao que a documentação institucional informou é possível pensar que foi apenas nesse último ano, por causas cuja origem não se tem notícia exata, que o personagem de fato comprou a ideia de mudar os caminhos da sua formação. A insatisfação com as disciplinas era visível nos seus resultados. Ainda que não fosse absurda a aprovação plena, essa não era a sua média, o que deve ser considerado como régua para pensar as suas relações com o espaço institucional e seus professores. O menino, a propósito, parecia lidar melhor no trato com as letras e com as disciplinas histórica e geográfica que com os preceitos doutrinários e com os números. Ainda no que tocava as línguas, a desenvoltura com o Português e o Francês traíram a sua diferença com o Latim, expressa no último ano, linguagem mais próxima do que se esperava de um padre. A educação cristã, àquela altura, provocava estranhamento e, junto com isso, o personagem parecia estranhar também o *habitus* que envolveria aquela escolha.

O deslocamento da vida religiosa para uma formação laica, contudo, tomava-se de outros contornos, dizia de certo desejo de maior autonomia do sujeito, que, em uma família de onze filhos, tivera pouco espaço para decidir sobre sua própria vida, sobretudo naquele início de século, quando as ideias republicanas e liberais se confundiam e propunham um mundo mais livre para os indivíduos. A essa altura do que está sendo narrado, contudo, deve-se pensar que ainda a conclusão daquele curso não seria um caminho certo para a ordenação e que muitos dos seminaristas, mais tarde, se tornaram intelectuais seculares importantes no espaço público, como mostrou Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (2009). Todavia, sair da vida eclesiástica, na qual o seu tio, Mons. Walfredo Leal, tinha informações privilegiadas, bem como do seu estado natal, decerto tinha significados próprios para o personagem.

Em um mundo social tomado de instituições que alocam os sujeitos por diferentes caminhos, não era menos verdade que o personagem em questão também guardasse em sua trajetória muito de suas próprias escolhas, coalhadas pelas suas representações. José Américo de Almeida viveu a instituição eclesiástica com apego maior aos ensinamentos laicos que religiosos, em parte porque ali também não conseguia desprender-se da sua família, o que era importante para os homens da sua geração. As ideias talvez fossem uma saída e os bons rendimentos nas disciplinas mostrava que esse poderia ser um bom caminho.

## **O terno como bilhete: a liberdade na Faculdade de Direito do Recife e o ingresso na vida de bacharel**

*Fiquei senhor de mim na Faculdade de Direito.  
Até então, não era dono da minha vontade.*  
José Américo de Almeida (1984[1976], p.78).

Havia muitas razões para que a Faculdade de Direito de Recife tivesse significado de liberdade nas memórias de José Américo de Almeida. Em parte, aquilo era devido às ideias que circulavam naquela instituição e ao modo de vida que muitos dos estudantes experimentavam. Nas faculdades de direito, dizia Sérgio Adorno (1988), havia se desenhado, ainda no século XIX, uma figura de intelectual eclética, com uma vida acadêmica controvertida, agitada e heterogênea, tendo o jornalismo como instrumento. Àquela altura, a instituição pernambucana já havia conseguido consolidar certa autonomia da tradição lusa dos professores coimbrãos que fora marca das ideias que circulavam entre as salas de aula e os periódicos nos seus primeiros anos de funcionamento. A partir dos anos 1870, o pensamento social de Tobias Barreto, marcado pela tradição intelectual germânica, tomou fôlego entre os seus intelectuais, destacadamente Silvio Romero, lançando as bases de um movimento renovador (SCHWARCZ, 1993). O republicanismo desenhado pelos intelectuais da geração de 1870, como atestava Roberto Ventura (1993), ganhava espaço público em debates inflamados, sobretudo na imprensa, àquela altura, tomados pela polêmica.

Mas não era menos verdade que a sensação de liberdade também fosse devida à experiência do personagem, que, depois de muitos anos dedicados aos estudos eclesiásticos, com uma educação vigiada a todo o tempo pelos familiares e professores, vivia uma instituição que prometia produzir ciência em um espaço urbano que se modernizava e em meio a um corpo discente com hábitos culturais que até então lhe eram proibidos. A vida boêmia não parecia fazer bem o perfil do estudante paraibano que ainda se ressentia de uma formação mais reservada, com poucos recursos financeiros e cuja personalidade também não era dada a grandes eventos sociais. “Eu era um estudante pobre e levava uma vida muito limitada, muito caseira. Só conheci Olinda, por exemplo, muito tempo depois” (ALMEIDA, 1984[1976], p.78). Apesar disso, também devia fascinar a ideia de que, naquela instituição, havia liberdade de pensamento e espaço para a disseminação de suas próprias

ideias. Àquela altura, José Américo de Almeida conhecia o espaço público e começava a construir uma identidade em meio a isso.

As primeiras disciplinas na Faculdade de Direito do Recife pareciam ter sido cursadas com algum sacrifício por José Américo de Almeida. Em dezembro de 1905, o jovem bacharelando fez os exames do segundo ano de curso, nos quais teve resultados medianos, sobretudo se considerada a sua história como discente. O estudante foi aprovado simplesmente, com grau quatro, em Direito Constitucional, e aprovado plenamente, com grau seis, em Direito Civil e Direito Internacional Público Privado e Diplomacia. Ao termo dos dois anos seguintes, contudo, foi possível flagrar resultados cada vez melhores. No terceiro ano, foi aprovado plenamente com grau nove em Direito Civil, grau sete em Direito Criminal, mas também em Direito Comercial Terrestre. No quarto ano, os resultados foram de aprovação plena com grau nove em Direito Criminal, Economia Política e Direito Comercial Marítimo, bem como distinção em Direito Civil.

Os resultados crescentes testemunhavam a trajetória de um sujeito que a cada ano se aproximava mais do que se esperava de um intelectual formado pela academia jurídica recifense, mas também de uma imersão maior na vida institucional e, principalmente, uma compreensão cada vez melhor da linguagem corrente naquele espaço. Em meio a esse cenário, cabe observar o seu desempenho em duas aulas centrais para o currículo das faculdades de direito e para pensar o ambiente político e cultural da Primeira República: as disciplinas de Direito Civil e Criminal. Àquela primeira década do século XX, as teorias científicas, particularmente as teorias raciais, foram traduzidas por intelectuais vinculados a instituições de saber com diferentes características no cenário cultural da época. Em meio a isso, foram criadas regras sociais que diferenciavam pessoas por meio de características biológicas, as quais deviam interferir no catálogo de direitos da recém-fundada República, mas também na possível previsibilidade dos personagens com uma pretensa predisposição para cometer crimes, *vide* Lilia Schwarcz (1993) e Roberto Schwarz (2012[1977]).

Àquela altura, dizia a autora, “direito civil e criminal desempenham funções privilegiadas: se ao primeiro cabe legislar sobre o ‘direito das gentes e do indivíduo’, ao outro cumpre fixar os limites dessa liberdade, a realidade das punições, o ‘perigo da delinquência’” (SCHWARCZ, 1993, p.159). Os resultados sempre mais destacados em Direito Civil que em Direito Criminal, portanto, davam notícia de uma preocupação maior com os limites do

catálogo de direitos no regime que se prometia uma *res publica*, em detrimento do tratamento dos sujeitos cujos comportamentos seriam alheios ao contrato social. Mas é devida certa atenção ao modo como essas lições eram transmitidas aos discentes e às ideias que circulavam pelos corredores, biblioteca, revistas e jornais, o que decerto ultrapassava o limite do que era lecionado nas cátedras. A despeito dessa forma independente de conduzir os próprios estudos que era uma marca daquela instituição, o nosso personagem tentava seguir um caminho mais ortodoxo: “Eu estudava meus pontos, lia muito, acompanhava. Era um curso deficiente, tanto que a gente saía bacharel sem saber fazer nada” (ALMEIDA, 1984[1976], p.78).

A trajetória de José Américo de Almeida na Faculdade de Direito do Recife foi marcada pela viagem de uma comissão de discentes pelo interior pernambucano a fim de arrecadar donativos a serem enviados às vítimas do Terremoto de Valparaíso. A campanha se estenderia pelas cidades atendidas pela companhia de transportes ferroviários *Great Western*. Ao dia 23 de setembro de 1906, o jornal *A Província* deu notícia do dia no qual os estudantes tomaram a palavra em defesa das doações na cidade de Limoeiro. Os jovens foram recebidos pela elite política local e pela banda musical, ocasião na qual tomou a palavra o delegado da comissão, o Sr. Apulchro de Assumpção. O resto do dia foi de descanso no hotel onde restaram hospedados. A manhã seguinte foi ocupada por uma caminhada pelas ruas do comércio local, onde foram feitas algumas arrecadações, que se estenderam ainda pela tarde, quando das voltas pelas demais ruas da cidade, alardeadas pela banda musical que mais uma vez os acompanhava. À noite, teve vez uma sessão solene, na qual alguns acadêmicos tiveram a palavra, dentre os quais José Américo de Almeida, que agradeceu a receptividade da população de Limoeiro.

A notícia ganhou espaço na imprensa nacional, alcançando uma nota na revista *O Malho*, que circulava no Rio de Janeiro, ao dia 30 de março de 1907. O periódico ilustrado não só deu notícia da passagem da comitiva no município pernambucano de Floresta de Leões como publicou uma fotografia do grupo. Ao primeiro plano era possível flagrar José Américo de Almeida; José Campello, o secretário da comissão; Eusebio de Souza, seu presidente; José Inojosa Varejão, o tesoureiro; e João Roma. Acima destes, estavam Apulchro Assumpção, Julio Duarte, Carlos Campello, Laffayette Corrêa e João Gondim. Atrás daqueles sujeitos, o Dr. Chateaubriand de Mello e sua família, os quais haviam hospedado os rapazes em sua chácara.



**Figura 1:** Comissão de estudantes da Faculdade de Direito do Recife, 1907.  
**Fonte:** O Malho, 30 mar.1907, p.39.

A imagem mostrava um grupo que, a despeito do propósito de arrecadar donativos para as vítimas do terremoto em Valparaíso, também se tornava um acontecimento público nas cidades por onde passavam. A elite local, assim, se fazia sempre representar junto aos estudantes, tomados de alguma celebridade e com uma função política cuja nobreza era uma proposta institucional. Outros detalhes, contudo, importavam igualmente, os moços dispuseram seus corpos cada um a seu modo, alguns mais sérios, outros com a perna relaxada e um, em especial, com o cotovelo sobre o ombro do colega. Havia liberdade de expressão entre os jovens da Faculdade de Direito do Recife, mas José Américo de Almeida ainda vivia a instituição com alguma disciplina, a qual se perpetuava como um traço aprendido com a experiência ou marca da personalidade do sujeito.

Ao dia 12 de dezembro de 1908, o menino José Américo de Almeida recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais por determinação do Ministro do Interior sem solenidade. Naquela mesma ocasião, se formaram os senhores Livio Vieira da Cunha, Erasmo Vieira de Macedo, Augusto Francisco de Rezende, João Demétrio de Menezes, Ephrem Esdras Eustáquio Embirassú, Antonio Alves Cordeiro de Lima, Alvaro Xavier Rodrigues Campello, José Rodrigues Leite, Pedro Luiz Cordeiro de Araujo, Cosme Coelho de Souza, Lindolfo Cesar Nunes Monteiro, Giminianno Jurema Filho, Harold de Cavalcanti Mello, José Amancio Ramalho e Antonio Vicente de Andrade Bezerra. Ao termo daquele mês, um total

de cento e quarenta e três estudantes se formaram bacharéis, em um grupo que se formou como um circuito de sociabilidades primeiras formado por aquele personagem no seu ingresso na vida pública, pelo menos se considerados os sujeitos da sua geração, a qual, diga-se de passagem, incluía conterrâneos, mas também pessoas de outros estados, sobretudo daqueles da porção Norte do Brasil.

Considerado o cenário cultural modernizador que havia tomado os espaços urbanos na Primeira República, a socialização com os estudantes formados nas instituições de saber dotavam-se de contornos próprios, inventados horizontalmente entre os membros de uma mesma geração, alicerce para os propósitos de rompimento com a tradição que marcava o novo tempo e seu regime de historicidade futurista. A esse respeito, dizia Jean-François Sirinelli (2003[1988], p.249), “as estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados”, e, continuava, “assim, se os ‘salões’, na fronteira entre os dois séculos, constituíam uma casa importante no jogo de ludo dos intelectuais, com suas musas da sociabilidade, eles não figuravam mais entre os elementos decisivos que hoje quadriculam e subentendem a intelectualidade”.

### **Considerações Finais**

As instituições educativas compuseram a arquitetura do regime republicano construindo sentidos para a gestão política, mas também aperfeiçoando, transmitindo e avaliando um arsenal de posturas e comportamentos que deveriam ser partilhados por um extenso corpo de bacharéis. O conceito de *habitus* foi definido por Pierre Bourdieu (1989) como conhecimento adquirido, um capital, uma disposição incorporada, quase postural. Esse dispositivo decerto não deve ser pensado como uma estrutura imóvel, mas antes como um alicerce, no interior do qual os personagens se deslocam ao sabor das suas experiências e vontade pessoal.

Em sendo assim, um deslocamento de trajetória que perpassou a matrícula em duas instituições de educação superior tão diferentes como o Seminário Nossa Senhora da Conceição e a Faculdade de Direito do Recife decerto guardava sentidos próprios no espaço que o personagem desejava para si no mundo da política. Os sujeitos formados pela primeira instituição, sobretudo se considerado o processo de romanização capitaneado pela Igreja

Católica àquela oportunidade, deveriam seguir uma vida intelectual e política coalhada por atitudes envoltas de uma atitude moral rígida, tomada por uma ideologia conservadora. A despeito disso, os bacharéis conheceram um arsenal de conceitos liberais e cientificistas em um cenário no qual a liberdade era uma prática corriqueira. O diploma da faculdade facilitava o ingresso ao campo político de forma mais eclética. Depois da colação de grau, o catálogo de ocupações possíveis era um leque amplo na Primeira República.

A experiência pessoal, todavia, por vezes trai os planos mais genéricos dos currículos institucionais. O bom desempenho nas disciplinas do seminário discrepou a memória. A despeito dos tempos de tristeza e silêncio que o personagem descreveu *a posteriori*, só o último ano de estadia nos corredores da Igreja de São Francisco parece ter sido efetivamente tomado pela vontade do deslocamento. Enquanto isso, as notas medianas na faculdade atestavam uma adaptação a outro ritmo institucional que levou algum tempo para se estabelecer. A liberdade pelas ruas do Recife, a propósito, não tiveram para si o sabor que outros estudantes parecem ter experimentado, a personalidade mais reclusa e a escolarização católica muito arraigada somavam-se aos poucos recursos que uma família órfã de pai e com onze filhos conseguia lhe enviar.

Mas as instituições republicanas também disputam projetos, e, àquela virada do século, os seminários e as faculdades de direito perpassavam os conflitos entre interesses católicos e liberais – forças conservadoras e progressistas – nas trincheiras do mundo da política brasileira. A queda de braço que, àquele momento, se investia na formação de uma geração de estudantes que, a partir da década seguinte, teriam cada vez mais ingerência sobre o mundo político. Em outras palavras, o deslocamento da batina ao terno não envolvia apenas projetos pessoais do estudante José Américo de Almeida, mas projetos de país, disputados trajetória a trajetória pelas instituições. A notícia que parece perdurar aos acontecimentos é que, ninguém apaga a sua própria história, e mesmo o seminarista que abdicou da vida religiosa guardaria muito do que apreendeu naquele espaço pelo resto de sua vida.

## Referências

Livros de matrícula e exames do Seminário Nossa Senhora da Conceição. Consultadas no Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Documentos de matrícula e resultados da Faculdade de Direito do Recife. Consultadas no Arquivo da Faculdade de Direito do Recife.

- Jornal A Província. Recife, 1907. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- Jornal O Malho. Rio de Janeiro, 1907. Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1988.
- ALMEIDA, José Américo de. **Antes que me esqueça.** Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1976.
- ALMEIDA, José Américo de Almeida. Depoimento. In: CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKESMAN, Sergio. **O Nordeste e a política:** diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1984[1976].
- BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894-1933).** Tese (Doutorado em Educação). Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: \_\_\_\_\_. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papiрус, 1996[1986].
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 1989.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 10, n. 19, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/Teatro de sombras.** 8 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013[1974].
- CLOT, Yves. La otra ilusion biografica. **Historia y Fuente Oral**, n.2, Barcelona, 1989.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e romanização:** a implementação da diocese da Paraíba (1894-1910). João Pessoa, PB: UFPB, 2016[1994].
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, Escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2004. p.7-24.
- KOSELLECK, Reinhart. Estratos de Tempo. In: KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2014[2010]. p.19-25.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012[1947].
- MARIANO, Serioja. A Paraíba e as (inter)conexões provinciais: elites, poder e redes familiares (1825-1840). In: MARIANO, Serioja. **A Paraíba no século XIX:** sociedade e culturas políticas. João Pessoa, PB: UFPB, 2014[2010], p.99-120.
- OLIVEIRA, Carla Mary S. **O Barroco na Paraíba:** arte, religião e conquista. João Pessoa, PB: UFPB, 2003[1999].
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografia como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.) **O**

**biográfico:** perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p.9-42.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Robert. **Ao vencedor as batatas.** 6 ed. São Paulo, SP: Duas Cidades, Ed.34, 2012[1977].

SIRINELLI, Jean-François. 2003[1959]. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política.** Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2003[1996]. p.231-269.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical:** história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.